



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 01/2020/CTAL/CNRH/MDR

Referência: 59000.005805/2020-44

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Propostas de matérias para deliberação do plenário do CNRH.**

1. **INTRODUÇÃO**

Este Parecer apresenta a manifestação da Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL, referente às matérias encaminhadas pela Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA) e pela Secretaria Executiva, em conformidade com as competências previstas no Decreto nº 10.000/2019 e no Regimento Interno do Colegiado.

Na 2ª Reunião da CTAL, realizada nos dias 12 e 13 de março de 2020, foram analisadas uma proposta de resolução e uma de moção, além da proposta de revisão do Regimento Interno do CNRH, que será detalhado em um documento à parte.

Ressalta-se que o mérito das propostas foi analisado pela câmara técnica de origem, cabendo à CTAL a aferição dos aspectos legais e de forma referentes às minutas que lhe foram submetidas.

2. **MATÉRIAS ANALISADAS**

2.1. **Proposta de Resolução que “Institui os Grupos de Trabalho no âmbito das Câmaras Técnicas de Assuntos Legais; Segurança de Barragens e de Planejamento e Articulação.**

A matéria foi proposta pela Secretaria Executiva do CNRH, motivada pela criação de grupos de trabalho no âmbito das Câmaras Técnicas de Assuntos Legais (CTAL), de Segurança de Barragens (CTSB) e de Planejamento e Articulação (CTPA), conforme registrado nas memórias de reunião das respectivas Câmaras Técnicas. Em atendimento ao atual Regimento Interno deste Colegiado, tais instâncias precisam ser formalizadas por meio de resolução.

Previamente à apresentação da análise efetuada pela CTAL, seguem esclarecimentos sobre os grupos de trabalho.

1. No âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL

- Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A criação deste GT foi autorizada pela plenária do CNRH, na 42ª Reunião Extraordinária, tendo em vista as alterações advindas do Decreto nº 10.000/2019.

2. No âmbito da Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB

- Grupo de Trabalho para Análise dos Relatórios de Segurança de Barragens 2018 e 2019. Trata-se do grupo responsável por analisar o Relatório de Segurança de Barragens, encaminhado anualmente

pela Agência Nacional de Águas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a quem compete zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), conforme inciso XI, do Art. 35, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

- Grupo de Trabalho para elaboração de Moção sobre o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 550/2019. O Grupo foi criado para analisar o PLS 550/2019 que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.
- Grupo de Trabalho para Revisão da Resolução CNRH nº 143, de 10 de julho de 2012. Este GT encontrava-se em atividade na antiga Câmara Técnica de Análise de Projetos. A sua criação atende uma demanda do plenário do CNRH, no mandato passado, que definiu este tema como prioritário.

3. No âmbito da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – CTPA

- Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. Tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º e 2º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, o Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai “GAP/PRH-Paraguai” foi extinto, uma vez que se tratava de colegiado instituído por ato infralegal (Resolução do CNRH nº 152, de 17/12/2013). Dada a relevância do tema, foi proposta a criação deste GT de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, composto somente com instituições que fazem parte do CNRH, limitando-se a dez membros, conforme prevê o Decreto nº 10.000/2019.

Análise legal e de forma

A minuta de resolução encaminhada pela Secretaria Executiva foi objeto de análise por parte dos membros da CTAL que, após os esclarecimentos iniciais, se manifestaram pelo aperfeiçoamento do documento.

Foram sugeridas adequações na redação e a exclusão dos “considerandos”. Como embasamento legal utilizou-se o [Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017](#), que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.

Entendeu-se que caberia ao plenário do CNRH deliberar sobre a pertinência de incluir os “considerandos”, criando um regramento sobre o assunto.

Quanto à forma de manifestação pelo CNRH para instituir os grupos de trabalho, decidiu-se que deveria ser por meio de resolução, conforme prevê o atual regimento.

O embasamento legal para criação dos grupos de trabalho está previsto no parágrafo único, do art. 9º, do Decreto nº 10.000/2019, que assim dispõe:

Parágrafo único. O Plenário e as Câmaras Técnicas poderão criar grupos de trabalho, em caráter temporário, para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência, observadas as seguintes condições:

I - composição por, no máximo, dez membros;

II - duração não superior a um ano;

III - finalidade determinada; e

IV - quantidade máxima de três grupos de trabalho em funcionamento simultâneo em cada Câmara Técnica.

Realizadas as adequações, a minuta de Resolução que tem por objetivo formalizar a criação dos grupos de trabalho foi aprovada por consenso, atribuindo às respectivas Câmaras Técnicas definir os objetivos, a composição e monitorar a execução das atividades dos Grupos de Trabalho.

2.2. **Proposta de Moção que “Recomenda a aprovação da proposta de revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab”.**

A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, denominada Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, estabelece, em seu artigo 52, que a União deverá elaborar, o Plansab, instrumento de implementação da Política Federal de Saneamento Básico, sob a coordenação do então Ministério das Cidades, atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

A proposta de moção que “Recomenda a aprovação da proposta de revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab” foi encaminhada à CTAL pela Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – CTPA, por meio do Parecer nº 01/2020/CTPA/CNRH, de 3 de março de 2020.

Após os esclarecimentos iniciais, os membros da CTAL verificaram o embasamento legal para que o CNRH se manifestasse sobre o tema, conforme previsto no Decreto nº 7.217/2010, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007, especificamente em seu art. 58, inciso IV, combinado com o art. 62:

Art. 58. O PNSB será elaborado e revisado mediante procedimento com as seguintes fases:

I - diagnóstico;

II - formulação de proposta;

III - divulgação e debates;

IV - prévia apreciação pelos Conselhos Nacionais de Saúde, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e das Cidades;

V - apreciação e deliberação pelo Ministro de Estado das Cidades;

VI - encaminhamento da proposta de decreto, nos termos da legislação; e

VII - avaliação dos resultados e impactos de sua implementação.

Art. 62. A proposta de PNSB ou de sua revisão, com as modificações realizadas na fase de divulgação e debate, será encaminhada, inicialmente, para apreciação dos Conselhos Nacionais de Saúde, de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

Com a fundamentação de que existe lei específica que atribui ao CNRH a competência para apreciar o Plansab e suas revisões, entendeu-se que o CNRH deveria se manifestar por meio de Resolução. Neste sentido, o documento foi, assim, formatado.

Outros pontos de análise foram a inserção, no preâmbulo, de alguns dispositivos legais, antes previstos nos "considerandos", para melhor fundamentar a norma, bem como o número do documento, que foi objeto de análise pela CTPA, e o número do Processo SEI.

Realizadas as adequações, a minuta de Resolução que “Recomenda a aprovação da proposta de revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab”, foi aprovada por unanimidade.

3. **CONCLUSÃO**

Concluída a análise, as propostas de normativos foram aprovadas por consenso pela CTAL, que se manifestou favorável ao seu encaminhamento para deliberação do plenário do CNRH.

Este parecer foi elaborado pela Relatora da CTAL, Roseli dos Santos Souza, com base nos encaminhamentos acordados pelos membros da Câmara Técnica presentes à reunião.

Em 09 de junho de 2020.

RENATO SARAIVA FERREIRA

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais

Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira**, **Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 15/06/2020, às 22:27, com



fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1907540** e o código CRC **FE4F7409**.